

Boletim de Pastoral Litúrgica

SECRETARIADO NACIONAL DE LITURGIA

55

JULHO – SETEMBRO
1989

BOLETIM DE PASTORAL LITÚRGICA

Publicação trimestral do Secretariado Nacional de Liturgia

Propriedade da Conferência Episcopal Portuguesa

Director: ANÍBAL RAMOS

Redactor: JOSÉ FERREIRA

Administração: Boletim de Pastoral Litúrgica

Seminário de Aveiro — 3800 Aveiro

Telef.: 034 - 22172

Condições de assinatura anual:

	Via normal	Via aérea
Portugal e Países de língua portuguesa	650\$00	1.200\$00
Outros países estrangeiros	800\$00	1.500\$00
Este número	175\$00	—

JULHO — SETEMBRO

55

ANO XIV

Apresentação

O Estatuto da Linguagem Religiosa

Frei Bernardo, OP

Animação da Vida Litúrgica no Brasil

Piedade Popular

Pela Congregação do Culto Divino

XV Encontro Nacional

Santos André Dung-Lac e seus Companheiros

Mártires

Catecismo de Merceana

Sai este número do Boletim no princípio de um novo ano pastoral e propõe-se apresentar aos seus leitores alguns estudos que possam dar margem a uma boa reflexão litúrgica, e alguns acontecimentos que mostrem o que nesta área se vai projectando e fazendo por esse mundo fora.

Assim, o artigo de Frei Bernardo, OP., sobre "o estatuto da linguagem religiosa", trata do papel da linguagem religiosa como meio de proclamação e de acolhimento da Fé. Sem negar a ambiguidade a que por vezes ela se presta, o autor afirma a necessidade pastoral de que a linguagem religiosa, em geral, e a litúrgica, em particular, sejam sempre inteligíveis e interpelativas. E não deixa de acentuar que dentro da linguagem religiosa, a linguagem litúrgica é mais profunda porque é simultaneamente significativa e produtiva, e ainda porque nela o que se acredita é vivido, testemunhado, celebrado e acolhido.

A apresentação de "Animação da vida litúrgica no Brasil" testemunha o sucesso de um trabalho fecundo, esclarecido e perseverante, a que se dedicaram as pessoas mais responsáveis pela pastoral litúrgica no Brasil. Verdadeiro trabalho de grupo, levou três anos até chegar à sua conclusão, desde a semente lançada à terra em Santo Amaro, São Paulo, em Julho de 1987, até à votação final dos 230 Bispos Brasileiros presentes que a aprovaram, praticamente por unanimidade, na sua 27ª Assembleia Geral, em Abril deste ano de 1989. Está de parabéns a

Linha 4 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), designadamente o Sr. D. Clemente José Carlos Isnard e a sua equipa litúrgica.

A primeira parte deste projecto, agora aprovado e publicado, inclui 10 capítulos: 1. a caminhada litúrgica pós-conciliar e seus desafios actuais, 2. Liturgia: celebração do Mistério da Salvação, 3. O Povo de Deus celebra a Salvação, 4. As dimensões da Liturgia, 5. Elementos e formas do culto cristão, 6. A Igreja celebra no tempo, 7. Espaço e objectos para a celebração, 8. Liturgia e Espiritualidade, 9. Adaptação e Criatividade, 10. A Pastoral litúrgica.

A segunda parte traz orientações pastorais sobre a Celebração Eucarística.

Pelo seu interesse e oportunidade, pedimos licença para transcrever parte da introdução e os capítulos I e X da primeira parte.

Um breve estudo sobre a Piedade Popular faz reflectir sobre esta problemática pastoral, que existe em todas as comunidades cristãs e toma formas particulares nas "jovens Igrejas" nascidas, neste século de indigenização, de comunidades cristãs já existentes.

Depois de uma referência aos estudos, projectos e realizações da Congregação do Culto Divino e da Disciplina dos Sacramentos, e, como não podia deixar de ser nesta época do ano, publicamos uma crónica sucinta do último Encontro Nacional, a que a presença, participação e competência de Mons. Pierre Journel deram uma feição particular.

O Estatuto da Linguagem Religiosa

1. Não é pacífico o possível estatuto da linguagem religiosa, nomeadamente cristã, que no entanto pode existir como resposta às interpelações de Jesus e do Mundo, que continuarão a perguntar: "E vós, quem dizeis que Eu sou? (Mc. 8, 29; Lc. 9, 20; Mt. 16, 15). Como dar razões da nossa esperança, hoje?

Ao longo da História, nomeadamente cristã, sempre se fez a experiência de que pela palavra, pela linguagem, a Fé foi e é proclamada e acolhida. E isto como uma exigência profunda e permanente: "Nós não podemos deixar de proclamar publicamente o que vimos e ouvimos" (Act. 4, 20). De modos diversos, esta manifestação foi feita (cf. Jó. 20, 31; Act. 6, 8-14; 10, 28; 13, 14-16; 17, 2-4). E na sucessão e escoamento do tempo, com maior ou menor qualidade, insistência e pertinência, a proclamação continuou através dos continentes. Mas quase sempre com reais dificuldades, pela tensão que existiu e continua, em tentar ser fiel ao kerigma, ao que se apelidava impropriamente "depósito da fé", e traduzi-lo de modo adequado, em linguagem inteligível, para as diferentes populações das diversas idades e culturas, ao longo dos séculos, em todas as latitudes.

Aliás, o Concílio Vat. II teve clara consciência desta problemática (cf. G. et S. nº 21, 7; 62, 2), da ambiguidade e do desfazamento que quase sempre contagiou a linguagem teológica, relativamente à necessidade pastoralmente sentida de que o kerigma deveria tornar-se sempre inteligível, interessante e interpelativo. A questão é complexa e exige, em cada momento e circunstância, uma revisão, actualização e avaliação, de modo a não traír a verdade revelada, nem defraudar ou iludir os destinatários de Mensagem, que são todos os povos de toda a História pós-cristã.

2. E abordando, de forma sintética, alguns dos problemas postos à linguagem religiosa, deveríamos ter clara consciência de que há questões de teologia, de filosofia, de hermenêutica e de pastoral; e de que, além de serem questões de vária ordem, todas oferecem alguma complexidade. Com efeito:

- a. Aceitamos, à partida, que existe a palavra revelada, um kerigma salvador, que vem de Deus, destinado à salvação integral dos seres humanos. Tem função esclarecedora sobre a origem, sentido e fim da vida pessoal, assim como indicativa de comportamento éticos, pessoais e sociais. Por outro lado, esta palavra, além de pretender ser **significativa**, também é **produtiva**, ou seja: contém o que significa e, efectivamente, é capaz de **salvar** pela comunicação do ser que carrega, aqueles que a **acolhem** na inteligência, na vontade e na vida.

Mas é claro que a **fonte** da mensagem é ontologicamente diversa dos destinatários. Por outro lado, o fenómeno tornou-se temporal e mundano; mas quem o provocou e provoca é de outra ordem, é Deus, o totalmente diferente. E quanto à linguagem, que é criação humana, é portadora de algo qualitativamente diferente e superior a si mesma: ela **veicula a transcendência e torna-a imanente** de modo misterioso, sacramental. É que a palavra humana transporta em si a própria força do "logos", do "verbum", torna-se **sinal, sacramento** de outra realidade — a vida de Deus para gente humana, concreta.

- b. Por um "estatuto original", esta palavra amplia o próprio significado e **torna-se eficaz**, produz o que significa, mas diversamente do significado imediato, porque **produz algo ontologicamente diverso**, é o Salvador que salva por estas mediações. É o Verbo de Deus, em linguagem humana, destinada a todos os de boa vontade, que é capaz de salvar integralmente quem a acolhe incondicionalmente, levando as pessoas à plena realização do projecto que trazem no seu ser.

Isto assim, sinteticamente enunciado, pode ter mais ou menos significado para quem está inserido neste novo mundo, em que a transposição do valor primeiro e imediato da linguagem não cria problemas

de recusa significativa. É que o crente pode falar sobre Deus — **Aquele em quem acredita** — que é um original modo de saber, porque fez uma experiência única da Fé. Por outro lado, pode e deve **testemunhá-la**, dizê-la na e com a vida, o que dará força e credibilidade ao discurso sobre o conteúdo do Credo que assume.

Além do discurso sobre Deus, haverá o **discurso com Deus**, em que acredita e confia. E isto toma formas diversas, sendo a mais profunda a **celebração**, a **liturgia**, em que a linguagem religiosa é simultaneamente significativa e produtiva, em que o acreditado é vivido, testemunhado, celebrado e acolhido. Nestas condições, tudo toma forma de dinâmica e empenhativa.

3. Mas a questão é muito mais complexa para os que estão fora desta possibilidade de fazer um discurso religioso, com significado inteligível, assim como para aqueles para os quais ele é rebarbativo e até insignificante, despido de validade semântica, de objectividade e de real valor significativo. E neste campo estão os atomistas, os neo-positivistas e, em certo sentido, os defuntos promotores da secularização radical. Para este tipo de pessoas, o que conta é o redutor critério empírico; o valor e significado duma determinada afirmação apenas valeria na medida da respectiva e exacta verificabilidade, pela observação directa. Isto implica que o fenómeno ou o facto contido na afirmação, é possível ser recriado, o processo poderá ser recommçado, visto que o significado duma proposição depende da possível verificação. Embora seja uma atitude pouco inteligente, mas sem má fé, é partilhada por largos sectores da população que, não tendo acesso a uma avaliação analítica e crítica da posição, ela é assumida por arrastamento ambiental.

Em contraproposta, há que fazer apelo à antropologia cultural e à filosofia da linguagem, que demonstrava exactamente o contrário da efémera teoria da verificação. Com efeito, a linguagem simbólica é um fenómeno universal, típico dos seres humanos. Por seu lado, a língua dum determinado grupo social é criação desse mesmo povo, revelador da sua identidade cultural, da respectiva evolução e civilização técnica, social e ética.

As diversas línguas, têm algo em comum: são sistemas abertos, com

funções múltiplas, tão vastas quanto as capacidades, as potencialidades actualizadas do respectivo povo que as cria, usa e recria evolutivamente e numa linha de certa continuidade. Assim, cada língua, como sistema aberto que é, tem possibilidades expressivas tão vastas quanto as diferentes actividades pessoais e do grupo, exprimindo conceitos matemáticos, filosóficos, poesia, arte, religião, etc.. E como o ser humano é naturalmente religioso, a complexidade do jogo linguístico religioso é humana, é significativa e é verdadeiramente expressiva e válida.

Visto que cada jogo linguístico tem as modalidades próprias de comunicação, é nesse respectivo contexto que deverá ser avaliado e decifrado, segundo as respectivas regras, funções e papéis originais que os intervenientes desempenham e que a linguagem exprime.

Dado que as atitudes e comportamentos religiosos são tão antigos como o homo sapiens, em todas as culturas o aspecto religioso desempenha um papel mais ou menos relevante. E também se constata que as expressões revestem modalidades diversas, consoante um conjunto de factores convergentes que levam à organização social, mais ou menos original e complexa, em que o religioso surge como uma filosofia ou crença sobre as origens, a escatologia e uma ética orientadora da vida pessoal e social, em que entram vários elementos de prémio e castigo.

4. Do exposto se infere que a linguagem religiosa engloba racionalidade, vontade, liberdade, sensibilidade, conceitos de bem e mal, de receio, de confiança, ligados ao respectivo credo, códigos, testemunhos, pregação, celebrações, assim como papéis dos encarregados do culto, regras litúrgicas, etc..

Como cada religião engloba uma dogmática, o que se deve acreditar, uma moral, orientadora dos comportamentos pessoais e dos grupos sociais, diversificados nas suas funções complementares (família, poder político, militar, religioso, etc.), a linguagem, de tipo religioso, só tem significado pleno nesses diferentes conceitos e contextos. E apenas os iniciados, que vivem essas realidades, apreendem o seu autêntico valor e significado. Para quem é religioso, a linguagem tem um sentido original enquanto vive, partilha, exprime e celebra o que acredita, num determinado momento.

Aqui se põe a questão da complexidade e até da possível ambiguidade da linguagem religiosa que deve ser simultaneamente objectiva e exprimir a subjectividade da pessoa e do grupo no relacionamento sadio com o transcendente. Neste domínio, nem Deus nem a pessoa podem ficar prisioneiros da linguagem, que é puro instrumento de comunicação. Por outro lado, há a frequente tentação de ligar valor e poder mágico a certas palavras ou ritos, ditos e repetidos, sem cuidar minimamente do que significam.

Quando se trata da reformulação da linguagem religiosa, haveria que ter em conta vários aspectos:

Ter clara consciência de que o Transcendente não está cativo de fórmulas, nem de sistemas ou jogos linguísticos. Admitir tal, sob formulação mágica, seria atitude supersticiosa pouco esclarecida e moralmente errada.

Por outro lado, é necessário ter consciência esclarecida de que a fidelidade linguística deve submeter-se à intenção significativa. A fidelidade não é repetição; mas exige que não haja alteração do significado fontal, do emissor.

E acreditanto que a transcendência acontece na imanência, não serão os humanos que podem criar quadros ou jogos linguísticos que alteram essa situação de **sin**al **produt**ivo, na medida em que é percebido e acolhido na fé, como foi referido.

A língua deve pois ser veículo inteligível, significativo e fiel ao dado que exprime, anuncia e celebra.

5. Mas para não fazermos de ingénuos, de crédulos, nem afectar hipocrisia descabida, é necessário que se diga que não se pode pretender falar adequadamente de Deus. É por isso que S. Tomás gostava de repetir que pouco mais se pode fazer do que falar negativamente, ou seja, dizendo o que Ele não é, visto que a nossa linguagem é temporal, é do experimentado, do limitado, tem a marca e os limites dos nossos curtos horizontes, embora cientes de que o objecto da inteligência é o ser enquanto tal. Conscientes de tudo isto, poderemos e deveremos testemunhar que Deus Se revela pela Palavra e actua na intersubjectividade, na amizade, segundo a medida da

Fé esclarecida e comprometida. E simultaneamente sempre cientes que aquilo que dizemos não é garantido por Ele; e muito menos os modos, quase sempre antropomórficos, como O apresentamos e O dizemos. Realmente as afirmações sobre Deus têm a marca da história, da cultura, da sensibilidade pessoal e próprias duma certa época, acerca dos conceitos de Deus, do Mundo, da Escatologia e da História que se sofre ou orienta.

Ao fim e ao cabo, as teologias têm estado muito dependentes das filosofias que lhe servem de quadro, inadequado mas útil, para exprimir a permanente tentativa da possível inteligibilidade da Fé. Deste modo há uma dupla intencionalidade na linguagem religiosa e, concretamente, cristã, muito típica: é o ser humano que fala a Deus e sobre Deus; na sua experiência religiosa, dirige-se ao Senhor em quem acredita e fala d'Ele a quem não fez essa experiência. Por outro lado, a Fé implica uma ética e um estilo de vida que é testemunho e deve ser sinal a confirmar a palavra acerca do "indizível" (cf. II Cor. 12, 2-4) e que eventualmente convence, não por demonstração, mas por vivência manifestada.

Porque a linguagem humana não é unívoca mas analógica, pode tornar-se significativa para além dum primeiro valor semântico. E, por outro lado, o kerigma anunciado tem força especial pelo facto de conter a intencionalidade do Deus que Se manifesta a quem O busca. Daí o dever de, com verdade e simplicidade, proclamar a Palavra e confirmá-la com a vida, sinal que se torna linguagem significativa acerca do totalmente Outro (cf. Act. 20, 11-14).

6. A Fé não pode, pois, dispensar uma linguagem humana característica, porque radica na razão e implica relação; sem ser racional é razoável, enquanto descobre que pela fé poderemos esclarecer o sentido do ser e agir pessoal e social perspectivados; ou, mais exactamente, revela-nos o que é viver com sentido no tempo, com perspectivação escatológica.

Quanto à comum finalidade da linguagem, apenas referiremos o que se deveria aprender na Escola Primária, ou seja, que é um meio de comunicar. Implica, basicamente, uma intencionalidade, traduzida numa **mensagem**, idealmente estruturada, para passar, para ser

comunicada, transmitida a alguém, o **destinatário real**, que receberá, mais ou menos, o **impacto** pretendido pelo emissor.

Em todo o processo comunicativo devemos contar com vários factores concorrentes que, idealmente, deveriam articular-se cooperativa e complementarmente, de forma esclarecida e realista, para atingir os objectivos legitimamente pretendidos e que seriam meio de comunhão e realização dos intervenientes.

Da parte do emissor: deveria, antes de mais, clarificar bem os objectivos pretendidos e respectiva legitimidade ética, avaliando a situação dos intervenientes no processo e o papel a desempenhar, coordenadamente, por cada um. Deverá, outrossim, identificar bem o **destinatário**, pessoal ou colectivo, e respectivas possibilidades receptivas, tendo em conta as **motivações** e **circunstâncias** envolventes, assim como as capacidades de descodificação pertinente, uma vez estabelecido o contacto. E será segundo este apuramento feito que deve elaborar claramente a mensagem, codificá-la pertinentemente, em vista do eventual apuro do receptor, que a poderá descodificar para receber o impacto pretendido, que se supõe legítimo.

Para que isto aconteça, segundo os correctos projectos do emissor, é essencial pensar nos códigos e nos meios técnicos adequados a utilizar, para que se estabeleça o contacto e possa receber a retro-verificação do impacto, ou resultados conseguidos pela emissão feita e acolhida.

O **receptor** deverá tornar-se **disponível** e receptivo, mas com a devida **distância crítica**, para ponderar o significado, intencionalidade e real interesse da mensagem, de modo a poder tornar-se, por sua vez, emissor, propondo, honestamente, o respectivo ponto de vista de adesão, recusa, pedido de novos dados ou precisões. Assim o processo torna-se alternativo e eventualmente útil para todos os intervenientes no processo comunicativo.

Em todo este ir e vir, é normal que se ponham questões de **análise lógica** da mensagem, respectiva dimensão **afectiva** dos intervenientes. Deve apurar-se a função linguística, o género utilizado:

imperativo, apelativo, exortação e respectivos fundamentos, tendo em conta a **facticidade**, ou tipo de relação, ou contexto, com a **vertente poética** e, eventualmente, com a hipótese de surgir a necessidade de traduzir, de deslindar o significado de neologismos, termos técnicos ou "novidades", que devem ser lealmente clarificadas, para que haja verdade na comunicação e respectivas decisões.

7. Evocados estes dados, trata-se de abordar, muito brevemente, a questão da **linguagem religiosa** na vida social. De facto, a **religião** e a **Ideologia** parecem ter algo em comum: propõem um projecto, uma utopia de salvação e, por outro lado, verificam-se os resultados de adesão e empenhamento na vida pessoal e social.

Todavia, a diferença radica no seguinte: a Fé cristã brota da adesão a um kerigma, duma proposta de salvação integral, englobando o tempo e a eternidade. A comunhão, pela mediação da Fé, inicia-se no tempo e tem manifestações temporais e sociais, mas inclui a vida de comunhão para além da conclusão do ciclo vital, da morte. E, por isso mesmo, a verdadeira Fé contesta tudo o que neste mundo não respeita esta abertura à comunhão com o Criador, como realização global da universal vocação humana.

A Fé cristã tem, pois, uma dimensão que é conhecimento e experiência, e outra que é a praxis pessoal na Família, na Igreja e no Mundo. Assim, engloba toda a sua vida no referente a valores, critérios e comportamentos. E porque a Fé cristã abrange a vida toda e toda a vida, a sua expressão não deveria ser sectorizada, com uma tipificação de linguagem semelhante à do químico ou arquitecto no respectivo domínio específico. Mas também é evidente que qualquer linguagem pretende exprimir uma realidade e, de acordo com a realidade que pretende exprimir, procura ser pertinente, adequada ao objecto, ou seja, dum determinado modo, numa forma correcta e apropriada. E, neste aspecto, a linguagem religiosa, não deixando de ser englobante, abrangente da pessoa que acredita e vive da e na Fé, contém uma certa **tensão escatológica**, visto que é, **constantemente**, a Palavra de Deus para a Humanidade, é a palavra dos crentes a Deus e aos semelhantes, crentes ou descrentes.

Não tendo as limitativas características da linguagem científica, é tão complexa quanto o é o ser humano que a cria e recria, para viver em comunhão e em expressão de anúncio, denúncia, de proclamação, proposição de oração, de ensino e de culto. E, neste sentido, há certos sectores da vida em que a linguagem religiosa terá uma maior amplitude e especificidade; tais como catequese, liturgia, etc.. E, por isso, a linguagem religiosa está em constante desafio pela cultura envolvente. E para não entrar em situação de crise e rupturas, precisa de constante reforma e actualização para que, por causa da linguagem, que se torna insignificante, não se desencaminhem os crentes, nem os descrentes se fechem ao anúncio em termos inteligíveis e interessantes aqui e agora, sendo fiel ao conteúdo e sentido fontal.

Nesta linha, temos o testemunho dos fundadores religiosos, tais como Buda e Jesus, que faziam uso de parábolas com a linguagem da vida quotidiana, para se fazerem entender e atingirem as pessoas na sua vida concreta, despertando-as para a realização que lhes diz respeito e lhes é oferecida.

Cristo entrou em confronto com o género literário dos Rabinos e aproveitou os confrontos com eles para denunciar o processo (cf. Mt. 21, 23-27).

Os seguidores da "linguagem típica" de Jesus não são muito bem aceites pelas Escolas do Hermetismo cristão, que frequentemente preferem acentuar o misterioso, tanto na liturgia, como na arte, encerrando tudo em fórmulas rígidas, a que só os Iniciados poderão ter acesso. Para não entrar no domínio da teologia barroca, nas Regras e nos códigos de vida, que, por vezes, mais parecem cadeias do que princípios de libertação cristã.

Muitos de nós conhecemos indirectos denunciadores destes processos (P. Américo, F. Gil, O.P.) e o respectivo impacto da mensagem em crentes e descrentes...

8. E, antes de concluir, ainda diria que as formas e estilos de linguagem religiosa deveriam ser tão diversos quantas as situações da vida pessoal e as circunstâncias sócio-culturais e éticas dos grupos a

quem se destina ou que a usam na expressão e coerente vivência da Fé. E assim deverá cultivar um gênero próprio, consoante sejam textos litúrgicos, doutrinários ou de exortação, caso se trate de exprimir, proclamar o credo, as convicções do que se crê, experimenta e vive, como sendo uma certeza mais ou menos subjectiva, mas firme, a **função expressiva e testemunhal** da linguagem torna-se demonstrativa pela confiança que merece quem o experimentou e o manifesta na qualidade de vida, como acontece com convertidos, místicos e mártires de toda a ordem que, mentalmente sadios, revelam, no que vivem e dizem, o que sabem, experimentam e esperam.

Nos textos pastorais e kerigmáticos, as mensagens deverão combinar uma linguagem, em que a dimensão conativa, factitiva, exortativa e poética seja de tal modo que prenda a atenção, convença e leve os destinatários à atitude existencial proposta. E é importante recuperar a riqueza, o valor da simbologia, com o que ela carrega de sentido sempre renovado.

FREI BERNARDO, O. P.

Animação da Vida Litúrgica no Brasil

Introdução

Este texto é consequência da pesquisa feita pela Linha 4, Dimensão Litúrgica da CNBB, quando se completaram 20 anos da promulgação da *Sacrosanctum Concilium* em 1963. O resultado colhido sobre a caminhada da reforma e renovação litúrgica pós-conciliares foi devolvido às bases através do livro Estudos da CNBB, nº 42: *Liturgia — 20 anos de caminhada pós-conciliar*.

Tendo a CNBB dedicado esforços especiais às diversas dimensões da vida da Igreja, urge reflectir, agora e de modo bem abrangente, sobre a dimensão celebrativa que tem aspecto profético e transformador e é a alma de todas as outras.

Para unir a dimensão celebrativa à dimensão profética e transformadora, o fundamental é prover, de modo positivo e permanente, a formação de todos os agentes de pastoral, começando pelos mais responsáveis pela vida litúrgica nas diversas igrejas.

Não pretendemos aqui apresentar um Manual de liturgia nem um Directório dos Sacramentos, mas Elementos de Pastoral Litúrgica. Desejamos contribuir para promover e animar a Pastoral Litúrgica, na formação dos agentes de Pastoral, para dinamizar as celebrações, para a constituição de suas equipas e para impulsionar a adaptação litúrgica conforme os apelos do Espírito da Igreja.

A Caminhada Litúrgica pós-conciliar

Apresentamos inicialmente uma visão geral da caminhada litúrgica no Brasil a partir do Concílio Vaticano II, realçando dois aspectos: uma visão de conjunto das três décadas e os desafios actuais.

Visão de conjunto das três décadas

Quem lembra como era celebrada a Liturgia há 25 anos e pensa como se apresenta hoje, percebe uma transformação imensa, realizada gradativamente. Há, nesse processo, características significativas em cada uma das três décadas passadas.

Os anos 60

Um grande entusiasmo marcou a acolhida da *Sacrosantum Concilium*. O uso do vernáculo modificou profundamente o estilo das celebrações. No altar, o sacerdote voltado para o povo, pôs a presidência face a face com o povo, criando novo espaço e nova comunicação na assembleia litúrgica. Aboliu-se de imediato a duplicação que se havia introduzido na celebração da Missa, com textos proclamados em latim e repetidos em vernáculo. Os ritos foram simplificados e tornados mais claros para facilitar a compreensão e a participação do povo. O canto do Comum da Missa, em vernáculo, e sobretudo a possibilidade de cantar os textos da Missa em ritmo popular, também deram nova vida à celebração.

Multiplicaram-se os cursos de Liturgia, onde se insistiu na necessidade da participação activa dos fiéis e do exercício das diversas funções, como o comentarista, os leitores, o animador e os grupos de canto. Aos poucos foram sendo introduzidos, também, novos instrumentos musicais.

Além disso, foram-se realizando Encontros Nacionais e Regionais de Liturgia. Surgiram obras nossas e outras traduzidas. A reflexão e a prática litúrgica tornaram-se vivas nos vários cursos do ISPAL (Instituto Superior de Pastoral Litúrgica), que prestaram inestimáveis serviços à renovação litúrgica no Brasil.

Neste período aparecem também algumas dificuldades. A lentidão e a demora da reforma e renovação oficiais ensejou a alguns interpretar e aplicar o documento conciliar de maneira autónoma e, por vezes, arbitrária. As iniciativas, tomadas nem sempre de acordo com os critérios emanados do Concílio, exageraram, sobretudo, o descaso pelo aspecto jurídico do culto que, sendo comunitário, dele também necessita. Por isso, avançaram o sinal de tal modo que não foi fácil retroceder quando necessário.

Por outro lado, a descoberta do sentido e do valor da Liturgia como cume e fonte da vida da Igreja fez com que se abandonassem

com certo desprezo outras formas de culto como os exercícios de piedade e as devoções populares. Não se conseguiu ainda preencher o vazio deixado pelo seu abandono.

Os anos 70

Três principais aspectos caracterizam este período: A Introdução dos novos livros litúrgicos, os Documentos pastorais e a abertura da Igreja para a dimensão social de sua vida e, conseqüentemente, de sua Liturgia.

Os livros foram apenas traduzidos e não adaptados. A Liturgia das Horas teve de se contentar com a tradução da "Oração do Tempo Presente" editada na França. Infelizmente os documentos Litúrgicos-pastorais da CNBB, bem como as Introduções teológico-pastorais aos novos Rituais, apesar de seu grande valor, não tiveram a esperada influência na caminhada de nossa vida litúrgica.

A realidade sofrida do povo fez a Igreja crescer na consciência de sua dimensão profética e evangelizadora. De facto, em Medellín (1968), os bispos latino-americanos apontavam os rumos da promoção social. Já em 1974, o Sínodo dos Bispos testemunha que a Igreja toda caminhava nessa direcção, esplendidamente exposta na *Evangelii Nuntiandi*, que a Conferência Latino-americana em Puebla buscou aplicar à nossa realidade.

Enquanto as atenções da Igreja se concentravam nos grupos marginalizados, nas grandes massas empobrecidas e oprimidas e desejosas de libertação integral, germinavam as sementes de uma nova expressão litúrgica ligada à vida.

Sobretudo nas CEBs, sob a influência crescente da Teologia da Libertação, a nova reflexão sobre a Cristologia e Ecclesologia na América Latina inova maneiras de celebrar a Fé.

Nesse contexto aparecem elementos positivos e negativos da caminhada litúrgica.

Foi positivo o novo modo de celebrar os sacramentos. A Penitência, por exemplo, se enriqueceu com as celebrações comunitárias, segundo o novo Ritual. E a Unção dos Enfermos tomou outras dimensões, mais na linha da Pastoral da Saúde.

A "Oração do Tempo Presente" levou o clero, as comunidades religiosas e não poucos cristãos leigos a redescobrir o valor e as riquezas da oração comunitária da Igreja.

A valorização dos ministérios na assembleia litúrgica estimula o aparecimento de novos ministérios na pastoral. E a mulher consegue lugar de destaque na Liturgia mais participada. Enfim, tem início a valorização da religiosidade popular em suas diversas formas e expressões.

Há, porém, elementos negativos nessa década. Com a deficiente formação litúrgica nos Seminários e a insuficiente reciclagem oferecida ao clero, os padres, em geral, ficaram privados da espiritualidade litúrgica, ao mesmo tempo em que, no culto, infiltrava-se descabido desprezo pelas rubricas indispensáveis e novo rubricismo, na execução material dos ritos e no uso servil dos folhetos. Sensível foi nesse período como diminuiu a participação na confissão auricular. O exercício da celebração penitencial, com absolvição geral, não bem orientado, fez diminuir a participação na confissão auricular, privando o povo das riquezas desta forma de penitência sacramental.

Aqui e ali reduziu-se a celebração a mero meio de mentalização ideológica. E em que pese a benéfica integração da religiosidade do povo, parece, às vezes, que se alimenta a possibilidade de outra Liturgia, a "popular", em oposição à oficial.

Os anos 80 e a situação actual

Três factos marcam esta década: a pesquisa sobre a situação da vida litúrgica no Brasil (1983), a ampla avaliação das Directrizes Gerais da Acção Pastoral da CNBB (1987) e o estudo provocado pelo Instrumento de trabalho "Por um novo impulso à vida litúrgica" (1988).

Deles se depreendem certos dados importantes: junto com um certo cansaço no campo da Liturgia cresce uma busca de soluções em nível mais profundo.

Persistem falhas já apontadas, como deficiente formação litúrgica dos agentes em todos os níveis, com uma desfazagem agravante entre leigos que estudam e um clero pouco interessado.

Descobriu-se toda a ampliação de um dado relativamente novo: cerca de 70% das celebrações, no dia do Senhor, são realizadas por comunidades que vivem e celebram sua fé sem a presidência de um ministro ordenado.

Nem todas as deficiências que vêm à tona no culto são falhas de dimensão litúrgica: muitas devem ser atribuídas à falta de evangelização, à catequese incompleta e à ausência de vida comunitária.

É promissor o facto de uma pastoral litúrgica mais integrada na pastoral orgânica, como se verifica na presença, em cada Regional, de

um bispo responsável pela Liturgia, suscitando equipas animadoras desta pastoral em vários níveis. Abrem-se assim perspectivas para a difícil tarefa de fazer confluir numa liturgia viva as riquezas da tradição romana, da religiosidade popular e da oração comprometida com a transformação do mundo e a oração de louvor cada vez mais difundida sobretudo nas grandes cidades nos grupos de oração.

Desafios

Na situação actual da vida litúrgica surgem alguns desafios mais urgentes:

— *Participação*: o Concílio preconiza a participação activa, consciente e frutuosa. Como promovê-la sempre mais? Até que ponto os meios actuais, como folhetos, cantos, símbolos, concorrem ou impedem essa participação?

Criatividade e adaptação: a participação reclama criatividade e adaptação. Como ampliar as oportunidades existentes na Liturgia para isso?

Civilização urbano-industrial: a maioria do nosso povo vive na cidade secularizada e massificada pelos meios de Comunicação Social. Que símbolos, gestos e sinais serão realmente significativos dentro deste novo contexto?

A Palavra de Deus: A Palavra de Deus é sempre eficaz e transformadora (cf. Is 55, 10-11; Hb 4, 12) O que falta para que as assembleias litúrgicas levem a maior compromisso de fé e melhor ligação entre fé, Palavra e vida?

O Ano Litúrgico: como superar o paralelismo entre as celebrações do Ano Litúrgico e os dias, semanas e meses temáticos (mês da Bíblia, Dia das Missões, Mês Vocacional)?

A Piedade Popular: como redescobrir a riqueza da religiosidade popular e integrá-la na Liturgia?

A Aculturação e Inculturação: como concretamente levar adiante o processo de aculturação e de inculturação desejado pelo Concílio para que se chegue a uma expressão litúrgica sempre mais de acordo com a índole do povo brasileiro constituído de tantas etnias?

Todos estes desafios deixam claro quanto e como é necessário desencadear um processo de *formação litúrgica* sistemática e permanente. Formação que se baseie na compreensão teológica da Liturgia e faça superar tanto o neo-rubricismo quanto a improvisação arbitrária.

A Pastoral Litúrgica

Uma visão geral da Liturgia abre novos horizontes para a vida da Igreja e não dissimula, mas ressalta os grandes desafios que urge enfrentar.

A reflexão que empreendemos tem um objectivo concreto e premente que é a Pastoral Litúrgica, ou seja, a acção organizada e corajosa da Igreja para levar o Povo de Deus à participação consciente, activa e frutuosa na Liturgia.

Promover a Liturgia já é acção pastoral pelas dimensões comunitária e ministerial, catequética, missionária, ecuménica e transformadora que ela possui. Ela não esgota toda a acção da Igreja, mas promovendo-a, estamos desencadeando o dinamismo de todas as pastorais, pois a Liturgia é fonte e ápice de toda a actividade eclesial.

Coração e cérebro desta pastoral é a Equipa de Pastoral Litúrgica em nível nacional, diocesano e paroquial. Cabe-lhe com a CNBB, com o bispo ou com o pároco planejar, nos respectivos campos de acção, a Pastoral litúrgica, o que será mais eficiente se continuamente pesquisar a situação real dos que celebram, aprofundar sempre mais o seu conteúdo teológico, formar agentes e organizar a sua acção.

Estas equipas, grande anseio do Concílio, nós as estamos organizando de modo lento demais face às urgências desta pastoral.

A grande tarefa destas equipas é dinamizar um processo de formação de todos os participantes de Liturgia, visando, de um lado, que a celebração seja sempre mais expressiva e, de outro lado, o enriquecimento espiritual de todo o povo.

É fundamental que os seminaristas se familiarizem com o espírito litúrgico e se preparem bem para presidir as celebrações; para isso importa que os diversos aspectos da formação no seminário encontrem expressão privilegiada nas celebrações litúrgicas, além de observar atentamente a carga horária mínima e o conteúdo programático estabelecido. Assim, a vivência da Liturgia acompanha todas as etapas da vida do formando. É importante que desde o início do seminário tenha uma participação consciente e activa na Liturgia e aprenda gradativamente a celebrar a Liturgia das Horas. O Ano Litúrgico deve orientar a espiritualidade comunitária do seminário.

Que os presbíteros se aprimorem de modo permanente para crescerem na compreensão e animação dos vários ministérios, já que para a maioria do nosso povo a celebração da Liturgia é a única

evangelização de que participem de facto ao longo da sua vida. E não se esqueça que a Liturgia mal celebrada causa frequentemente o afastamento dos fiéis. Os presbíteros valorizem a celebração da Liturgia das Horas, como parte do seu ministério.

Os homens e mulheres que assumem funções ou só participam na Liturgia sejam imbuídos do espírito litúrgico, tenham consciência dos mistérios que celebram e sejam capacitados para executar as suas funções, e que os irmãos e irmãs religiosos tenham no programa de seu processo formativo a preocupação de transformarem a Liturgia em fonte da própria espiritualidade e de se tornarem animadores da celebração litúrgica, inclusive, participando de cursos promovidos pela CRB e dioceses.

A nossa comunidade eclesial caminha na História, interpretando o homem à luz de Cristo na Igreja. Portanto, que a formação litúrgica se aprofunde, estudando o mistério de Cristo e da Igreja. Pois as variações nos enfoques da Cristologia e Eclesiologia determinam maneiras diversificadas de celebrar. A Liturgia tem a tarefa de construir comunidades eclesiais vivas e missionárias.

Por outro lado, a pessoa humana que celebra, sendo profundamente marcada pelas circunstâncias históricas, sociais, culturais e políticas, tem naturalmente maneiras diferentes de se expressar. Isso é importante para a Liturgia, que deverá ser sensível às condições da população: se é urbana ou rural, se vive em ambiente secularizado, ou dominada pelos Meios de Comunicação Social. É preciso estudar esta antropologia que dá tão precioso contributo para a formação litúrgica.

Tenha-se presente que a grande meta desta formação ampla e profunda é preparar agentes para a aculturação e a inculturação da Liturgia, porque homens e mulheres que vivem as duas realidades, a sócio-cultural e a celebrativa, poderão facilitar a tarefa para os responsáveis por esse processo.

É importante, enfim, partir para este enriquecimento da Liturgia, porquanto precisamos fazer a celebração sempre mais autêntica, mais unida à vida, para transformar a vida toda em oração.

Piedade Popular

*A Comissão Teológica Internacional publicou, no último trimestre de 1988, um documento sobre **a fé e a inculturação**. Este documento, que foi estudado com a colaboração do Conselho Pontifício da Cultura, compreende três partes: uma reflexão sobre a natureza, a cultura e a graça; a inculturação na história da salvação; e os problemas actuais da inculturação.*

Dentre os problemas actuais da inculturação, transcrevemos o que se refere à piedade popular, por ser um assunto que tem íntima conexão com a natureza e os objectivos do nosso Boletim.

1. A inculturação da fé, que encaramos em primeiro lugar, sobretudo pelo seu ângulo filosófico (natureza, cultura e graça), e depois à luz da história e do dogma (a inculturação na história da salvação), põe ainda problemas consideráveis à reflexão teológica e à acção pastoral. Assim, as interrogações levantadas pela descoberta de novos mundos, no século XVI, continuam a preocupar-nos. Como conciliar com a fé as expressões espontâneas da religiosidade dos povos? Que atitude adoptar perante as religiões não cristãs, particularmente por aquelas que estão "ligadas ao progresso da cultura"?

No nosso tempo, surgiram novas questões. Como é que as "jovens Igrejas", nascidas, neste século de indigenização, de comunidades cristãs já existentes, devem considerar tanto o seu passado cristão como a história cultural dos respectivos povos? Como, por último, é que o Evangelho deve animar, purificar e fortificar o mundo novo onde nos fizeram entrar a industrialização e a urbanização? Parece-nos que estas quatro questões se impõem a quem reflecte sobre as condições actuais da inculturação da fé.

2. Nos países que foram atingidos pelo Evangelho, compreende-se **a piedade popular** como a união da fé e da piedade cristãs, por um

lado, com a cultura profunda e as formas da religião anterior das populações, por outro lado. Trata-se aqui destas numerosíssimas devoções em que os cristãos exprimem o seu sentimento religioso na linguagem simples, entre outras, da festa e da peregrinação, da dança e do canto. Pode-se falar de **síntese vital** a propósito desta piedade, porque ela une "o corpo e o espírito, a comunidade eclesial e a instituição, o indivíduo e a comunidade, a fé cristã e o amor da pátria, a inteligência e a afectividade". A qualidade da síntese resulta, como se imagina, quer da antiguidade e da profundidade da evangelização, quer da conciliação dos antecedentes religiosos e culturais com a fé cristã.

3. Na sua Exortação Apostólica **Evangelii Nuntiandi** (n. 48) Paulo VI aprovou e encorajou uma nova apreciação da piedade popular. "Encarada durante muito tempo como menos puras, algumas vezes desdenhadas, essas expressões (particulares da procura de Deus e da fé) constituem hoje em dia, mais ou menos por toda a parte, o objectivo de uma redescoberta".

4. "Se for bem orientada, sobretudo mediante uma pedagogia da evangelização, continua Paulo VI, a piedade popular é rica de valores. Ela traduz em si uma certa sede de Deus, que somente os pobres e os simples podem experimentar; ela torna as pessoas capazes de terem rasgos de generosidade e predispõe-nas para o sacrifício até ao heroísmo, quando se trata de manifestar a fé; ela comporta um apurado sentido dos atributos profundos de Deus: a paternidade, a providência, a presença amorosa e constante. Depois, ela suscita atitudes interiores que raramente se observam alhures no mesmo grau: paciência, sentido da cruz na vida quotidiana, despego, aceitação dos outros, devoção" (*Ibidem*).

5. De resto, a força e a profundidade das raízes da piedade popular manifestaram-se claramente neste longo período de descrédito de que falava Paulo VI. As expressões da piedade popular sobreviveram às numerosas profecias de desaparecimento que pareciam ser caucionadas pela modernidade e os progressos do secularismo. Elas conservaram e aumentaram, em muitas regiões do globo, a atração que exerciam sobre as multidões.

6. Foram denunciados muitas vezes os limites da piedade

popular. Resultam de um certo simplismo, fonte de diversas deformações da religião e até mesmo de superstição. Permanece-se ao nível das manifestações culturais, sem que sejam comprometidas uma verdadeira adesão de fé nem a expressão desta fé no serviço do próximo. Quando mal orientada, a piedade popular conduzirá mesmo à formação de seitas e pôr assim em perigo a verdadeira comunidade eclesial. Ela corre ainda o risco de ser manipulada, quer pelo poder político, quer por forças religiosas estranhas à fé cristã.

7. A consciência destes perigos convida-nos à prática de uma catequese inteligente, obtida graças a uma piedade popular autêntica e, ao mesmo tempo, capaz de discernimento. Uma liturgia viva e adaptada é igualmente chamada a desempenhar um grande papel na integração de uma fé muito pura e das formas tradicionais da vida religiosa dos povos. A piedade popular pode, certamente, dar um contributo insubstituível a uma antropologia cultural cristã que permita reduzir a distância, por vezes trágica, entre a fé dos cristãos e certas instituições sócio-económicas de orientação muito diferente que determinam a sua vida quotidiana (1).

1. Texto traduzido da *La Documentation Catholique*, n. 1980, de 19 de Março de 1989.

Pela Congregação do Culto Divino e da Disciplina dos Sacramentos

De 29 de Dezembro a 3 de Dezembro de 1988, teve lugar na Sede da Congregação a última reunião dos Consultores, Peritos e Colaboradores, sob a presidência do Cardeal Eduardo Martínez, Prefeito da Congregação, o qual, depois da saudação e de breves palavras introdutórias, sublinhou o particular momento eclesial desta reunião: o 25º aniversário da Constituição conciliar sobre a Liturgia e a Constituição Apostólica Pastor Bonus sobre a reforma da Cúria Romana, pela qual foi constituída a Congregação do Culto Divino e a da Disciplina dos Sacramentos.

Mons. Virgílio Noé, Secretário da Congregação, fez o relato das actividades desta reunião de Outubro de 1986 até então, ilustrando os temas tratados na reunião dos Consultores de 1986, na reunião ordinária de Março de 1987 e na reunião plenária de Maio de 1987.

Referiu-se depois às reuniões dos vários grupos de estudo, às reuniões inter-sindicais; aos encontros com os Bispos e com as Conferências Episcopais ao longo de 1987 e de 1988, por ocasião das visitas "ad límina Apostolorum"; à participação dos representantes da Congregação nos Congressos nacionais e internacionais de Liturgia; aos documentos preparados e publicados pela Congregação e aos estudos da revista *Notitiae* que dedicou dois fascículos monográficos ao decénio da morte de Paulo VI e ao décimo aniversário do pontificado de João Paulo II.

Mons. Pere Tena, Subsecretário da Congregação, desenvolveu o seu relatório em duas partes: as acções realizadas desde a última consulta e a programação para o futuro. Na primeira parte, chamou a atenção para os documentos recentes: "Orientação para o Ano Mariano"

e "Concertos nas igrejas", a carta-circular sobre a celebração das festas pascais, a Declaração sobre as Orações Eucarísticas e as experiências litúrgicas, o "Directório para as Celebrações Dominicais na ausência do presbítero". Na segunda parte, indicou as linhas da programação para futuras actividades tendo em conta as competências atribuídas à nova Congregação pela Constituição **Pastor Bonus**.

Mons. Martimort ateve-se à comemoração da **Sacrosanctum Concillium**, por ocasião do 25º aniversário da Constituição sobre a Liturgia, e tratou dos seguintes pontos: a participação activa na celebração litúrgica e os seus pressupostos — as exigências dos sinais litúrgicos — a compreensão da Liturgia — a Igreja manifestada na sua oração — a importância da Palavra de Deus — a economia da salvação e o mistério pascal.

Depois de algumas intervenções sobre o progresso da reforma litúrgica em diversos países e regiões linguísticas, Mons. Mortimort tratou dos sacramentos e sua celebração à luz do artigo 63 da Constituição Apostólica **Pastor Bonus**.

Feita a história do artigo 63, Mons. Mortimort fez uma análise detalhada das competências atribuídas à nova Congregação do Culto Divino e da Disciplina dos Sacramentos sobre a vida litúrgica e a disciplina dos Sacramentos, concluindo com a indicação de algumas normas para o método a seguir no estudo das questões respeitantes aos sacramentos.

Na continuação dos trabalhos, o **Prof. J. Manzanares** traçou o conjunto das relações entre a Congregação e as Conferências Episcopais na disciplina vigente, sublinhando as funções próprias da Congregação e das Conferências Episcopais, e levantando alguns problemas no que se refere ao futuro.

O **Prof. A. Triacca**, enquadrando numa eclesiologia renovada as normas contidas na constituição **Pastor Bonus**, à luz das disposições do actual Código de Direito Canónico e dos novos livros litúrgicos, analisou pormenorizadamente o conteúdo e as exigências da "assistência" aos Bispos Diocesanos, que a Congregação do Culto Divino e da Disciplina dos Sacramentos será chamada a prestar no desenvolvimento dos vários objectivos atribuídos pela própria Constituição **Pastor Bonus**.

O **P. J. Evenou** fez um exame cuidado sobre as competências atribuídas à nova Congregação do Culto Divino e da Disciplina dos Sacramentos pela Constituição **Pastor Bonus**, art. 64 § 2 e 3, no que se refere aos textos litúrgicos, Calendários e Próprios da Igrejas parti-

culares, traduções e adaptações em Liturgia. Este exame recaiu também sobre a actuação da Congregação neste campo, quer no passado quer no futuro.

O estudo das competências atribuídas à Congregação pela **Pastor Bonus** alargou-se ainda a alguns sectores particulares da actividade litúrgica: "Relações da Congregação com os Institutos de Liturgia", por J. Aldazábal; "Relações da Congregação com os Institutos de Música Sacra", por R. Frattallone; "Relações da Congregação com os Institutos de Arte Sacra", por I. Oñatibia e G. Savornin. Todos os intervenientes sublinharam a função promotora que incumbe à Congregação no relacionamento com os Institutos que fazem a formação litúrgica, pastoral e artística daqueles que se preparam para trabalhar no sector da Liturgia.

Ainda no âmbito das competências da nova Congregação, **Mons. Jounel** falou sobre os problemas relativos ao culto dos Santos e das suas relíquias. Feita uma breve introdução, afirmou a necessidade de se aplicar a legislação vigente nesta matéria e ilustrou alguns aspectos respeitantes à guarda das relíquias e ao culto litúrgico das relíquias dos Santos.

V. Lanzani fez uma exposição sobre os Padroeiros, **M. Lessi** tratou dos problemas das Basílicas Menores, **Mons. Tena** desenvolveu o tema da "Liturgia e a piedade popular" à luz do artigo 70 da **Pastor Bonus**, expondo a situação actual dos exercícios de piedade do povo cristão mais relacionados com a Liturgia e traçando algumas orientações para o trabalho da Congregação neste sector.

J. Gilbert deu uma informação sobre o andamento do trabalho da preparação do **Martyrologium Romanum**, um livro litúrgico importante e há muito tempo esperado. Na altura da reunião, estava a ser objecto de estudo um primeiro volume manuscrito que incluía os Santos e Beatos dos primeiros quatro meses do ano.

Durante a reunião, o Papa João Paulo II concedeu uma audiência a todos os participantes e aproveitou o ensejo para evocar a Constituição sobre a Liturgia, cujo 25º aniversário se comemoraria dois dias depois, e que representava um marco miliar na história da Igreja, pois fez descobrir a mais profunda tradição cristã no campo litúrgico. Apesar de algumas interpretações abusivas, eram tantos os frutos dados à Igreja por esta Constituição que o Papa projectava elencá-los em breve dum documento comemorativo.

Vinte e cinco anos depois, com a chegada de novas gerações

impunha-se a necessidade de valorizar ainda mais profundamente e, sobretudo, de viver e fazer viver a Liturgia da Igreja, segundo o espírito e a letra deste importante documento conciliar.

Para alcançar toda a profundidade da celebração litúrgica requere-se a iniciação "teológica, histórica, espiritual, pastoral e jurídica" de que fala a **Sacrosanctum Concilium**, no n. 16. É o que pretende a Constituição **Pastor Bonus** ao reunir numa só Congregação toda a actividade própria do "munus sanctificandi". "A Congregação, aí se diz, ocupa-se de tudo o que, ressaltando a competência da Congregação da Doutrina da Fé, pertence à Sé Apostólica no que respeita à regulamentação e à promoção da sagrada Liturgia, e, em primeiro lugar, dos Sacramentos (**PB**, art. 62). Não se trata, pois, de duas coisas diferentes: a Liturgia, de um lado, e os Sacramentos, do outro lado, mas de uma única realidade, a Liturgia da Igreja, no interior da qual é promordial o lugar dos Sacramentos e entre estes, o da Eucaristia. Efectivamente, é sobretudo nos Sacramentos que o "opus redemptionis" se perpetua e que todos os membros do Corpo Místico nele participam, para glória de Deus e salvação do mundo.

Assim, abre-se à Curia Romana e a todas as Igrejas particulares, uma perspectiva mais orgânica do "munus sanctificandi". A Igreja deverá velar atentamente por fazer um esforço de criação em todas as dimensões que acabo de sublinhar, para que a vontade manifestada na Constituição **Pastor Bonus** seja posta em prática de modo eficaz. Como já tinha sido afirmado pelo **Sacrosanctum Concilium** e redito pelo Sínodo extraordinário dos Bispos de 1985, "para obter esta plena eficácia (da Liturgia), é necessário que os fiéis participem nela com as disposições dum espírito recto, harmonizem a sua mente com a sua voz e cooperem com a graça do alto para a não receberem em vão. Por isso, os pastores devem estar atentos para que não somente se observem as leis duma celebração válida e lícita, mas também para que os fiéis nela tomem parte de modo consciente, activo e frutoso" (**SC** n.11).

A alusão aos pastores feita por este texto conciliar introduz um aspecto particularmente importante, o da ajuda que se dá aos Bispos diocesanos para levarem os seus fiéis a uma participação cada vez mais activa e mais espiritual na sagrada Liturgia (Cf. **PB**, art. 64, 1). Foi essa uma das grandes afirmações da **Sacrosanctum Concilium**: dar à autoridade do Bispo o poder e a função de regulamentar a Liturgia na sua própria Igreja particular (Cf. **SC** n. 22, 1; 41). Como órgão do

ministério de Pedro, a Congregação tem a missão de servir a comunhão eclesial entre a Igreja de Roma e as Igrejas locais no mundo inteiro (...).

Em toda a parte, a reforma litúrgica despertou grandes e generosos esforços. Tal deve continuar, ser apoiado e, se necessário, ser purificado. Para isso, de igual modo, será útil a presença desta Congregação, como instância de ligação e de ajuda que não suprime a fisionomia original de cada um dos organismos, antes a põe em maior relevo.

XV Encontro Nacional de Pastoral Litúrgica

Celebração e Espaço Litúrgico

O XV Encontro Nacional de Pastoral Litúrgica efectuado em Fátima, de 24 a 28 de Julho, e promovido pelo Secretariado Nacional de Liturgia, centrou este ano a sua reflexão sobre o espaço da celebração litúrgica, incluindo o edifício, desde a sua concepção, construção, adaptação e restauro até aos actores e objectos que nele intervêm ou estão situados.

Recordou-se várias vezes que a palavra **Igreja**, que designa o edifício, começou por designar a assembleia que dentro dele se reúne. Neste edifício, como regra, há uma diferença acentuada entre o espaço reservado aos ministros — o presbitério — e o espaço reservado aos outros fiéis — a nave. Se o altar constitui, de direito, o ponto de convergência, o ambão da Palavra reencontrou, com a última reforma litúrgica, a sua função original. A presidência é um outro polo de convergência que recuperou o seu lugar mais adequado e o seu funcionamento próprio. As vestes, a disposição e o adorno das igrejas, bem como a conservação e o restauro das imagens e objectos artísticos foram outros temas que mereceram uma reflexão aprofundada dos conferencistas e dos participantes. A consagração das igrejas ao culto através de uma

celebração própria, que o novo Ritual da Dedicção apresenta e dirige, foi devidamente estudada. Além disso, como seria de esperar numa temática destas, não faltou nem a fundamentação teológica e bíblica do templo cristão, nem a música que nele se faz ouvir dentro e fora das celebrações.

Intervieram como conferencistas ou orientadores do painel neste Encontro: D. Albino Mamede Cleto, P. Dr. João Lourenço, OFM, Mons. Pierre Jounel, Arq.to Luiz Cunha, Cón. José Ferreira, P. Dr. José de Leão Cordeiro, Cón. Dr. António Ferreira dos Santos, Mons. Aníbal Ramos, José Bénard Guedes e Ir. Maria Letícia Garcia.

As celebrações da Eucaristia, Laudes, Vésperas e Vigília foram momentos altos do Encontro e revelaram mais uma vez como a Liturgia, participada em espírito e verdade, pode ser a expressão de fé mais forte e autêntica da comunidade cristã.

Com esse objectivo fez-se um guião das celebrações e deu-se à sua preparação o tempo necessário aos ensaios das músicas e à mentalização dos participantes. Por sua vez, as músicas foram compostas por: P. António Júlio Cartageno, P. Dr. António Azevedo Oliveira, Cón. Dr. António Ferreira dos Santos, Cón. Carlos Silva, Celestino Borges de Sousa, Mons. José Fernandes da Silva e Dr. Manuel Simões, SJ, e ainda pelos saudosos Maestros Drs. Manuel Luís e Manuel Faria.

As celebrações foram devidamente preparadas pelos ensaiadores competentes e abnegados deste Encontro: Cón. António Ferreira dos Santos, Mons. José Fernandes da Silva, P. António Júlio Cartageno e Dr. António de Azevedo Oliveira.

As sessões de abertura e encerramento, bem como as celebrações litúrgicas, tiveram a presidência dos membros da Comissão Episcopal de Liturgia: D. António Francisco Marques e D. Joaquim Gonçalves.

Participaram neste Encontro cerca de 1350 pessoas que eram provenientes de todas as dioceses do País, de várias comunidades portuguesas dispersas por todo o mundo e ainda dos outros países de língua oficial portuguesa.

Na sessão de encerramento, o Sr. D. António Francisco Marques agradeceu a dedicação do Secretariado Nacional de Liturgia e do seu Director, invocou a protecção de Nossa Senhora, que foi a primeira a celebrar a presença de Jesus Cristo na terra, manifestou a esperança de que todos partiriam dali mais ricos de conhecimentos e mais disponíveis para fazer da Liturgia a verdadeira epifania da Igreja, propôs uma

séria e criteriosa adaptação às diversas circunstâncias de lugar e das pessoas, pediu maior discernimento litúrgico-pastoral na construção e adaptação das igrejas, recomendou mais cuidadosa atenção a todos os objectos que são utilizados nas celebrações e que devem aliar a dignidade à simplicidade, e finalmente apelou para que a formação litúrgica de pastores e fiéis se aprofundasse na partilha da Constituição conciliar sobre a Liturgia e dos documentos posteriores, designadamente a Instrução Geral do Missal Romano, a Instrução Geral sobre a Liturgia das Horas e os Preliminares dos Rituais dos Sacramentos e dos Sacramentais.

Santos André Dung - Lac e seus Companheiros, Mártires

Pelo Decreto de 1 de Junho de 1989 (Prof. CD. 154/89) da Congregação do Culto Divino e da Disciplina dos Sacramentos, e por mandato do Santo Padre, a celebração dos Santos André Dung - Lac, presbítero, e seus Companheiros, mártires no Vietnã, foi inscrito no Calendário Romano Geral.

Esta celebração, com o grau de **memória obrigatória**, ficou fixada no dia 24 de Novembro de cada ano.

A evangelização do Vietnã começou a ser feita no século XVI por diversas Congregações religiosas.

Durante três séculos, com raras excepções, houve perseguição e muitos cristãos foram martirizados, entre os quais bispos, presbíteros, religiosos e religiosas, catequistas de ambos os sexos, homens e mulheres de diferente condição social.

O Papa João Paulo II canonizou 117 mártires vietnamitas no dia 19 de Junho de 1989 durante uma solene celebração na Basílica de S. Pedro. Entre estes mártires encontram-se 96 vietnamitas, 11 missionários dominicanos espanhóis e 10 missionários franceses.

A pedido da Conferência Episcopal Vietnamita, o Papa João Paulo II inscreveu a comemoração dos Santos Mártires Vietnamitas André Dung-Lac, presbítero, e Companheiros no Calendário Romano Geral, com a categoria de memória obrigatória, para ser celebrado todos os anos no dia 24 de Novembro.

Esta memória será inscrita no Missal e na Liturgia das Horas e a sua indicação virá nas novas edições dos livros litúrgicos que estão ao cuidado das Conferências Episcopais.

Catecismo de Merceana e Comunidade F.M.M. — Olhalvo

A Equipa Sacerdotal desta região pastoral de Lisboa publicou um Catecismo em três volumes para os Anos A, B e C.

Este catecismo tem a particularidade de basear cada lição na leitura do Evangelho que será feita no Domingo seguinte.

O esquema de cada encontro de catequese inclui os seguintes pontos: 1. proclamação da Palavra; 2. diálogo sobre o texto; 3. questionário; 4. a Palavra na vida; 5. atitudes a tomar; 6. oração; 7. actividades; 8. pequeno resumo.

Além de ser adaptado à mentalidade das crianças que fizeram a 1ª Comunhão, este catecismo parte da liturgia domical para o estudo, a reflexão e a vida.

O nosso Boletim, ao dar esta notícia aos seus leitores, gostaria de a completar com a indicação concretizada dos resultados obtidos, que sabe serem positivos, e com o testemunho dos catequistas que se servem destes três volumes.

O futuro da renovação litúrgica

14. A Constituição *Sacrosanctum Concilium* exprimiu a voz unânime do Colégio episcopal, reunido em torno do Sucessor de Pedro com a assistência do Espírito da verdade, prometido pelo Senhor Jesus (cf. Jo 15, 27). Este documento continua a servir de apoio à Igreja, no caminho da renovação e da santidade, incrementando nela a genuína vida litúrgica.

Os princípios enunciados neste documento servem de orientação também para o futuro da Liturgia, de tal sorte que a reforma litúrgica seja cada vez mais compreendida e posta em prática. “É necessário, pois — e convém fazê-lo urgentemente — empreender de novo uma educação intensiva, que leve a descobrir todas as riquezas que estão contidas na Liturgia”. (63)

A Liturgia da Igreja é algo que vai muito além da reforma litúrgica. Não nos encontramos na mesma situação que se vivia em 1963; há já uma geração de sacerdotes e de fiéis que não chegaram a conhecer os livros litúrgicos anteriores à reforma; e é ela que hoje assume a responsabilidade na Igreja e na sociedade. Por conseguinte, não se pode continuar a falar de mudança, como na altura da publicação do documento, mas sim de aprofundamento cada vez mais intenso da Liturgia da Igreja, celebrada segundo os livros actuais e vivida, antes de tudo, como um acontecimento de ordem espiritual.

a) Formação bíblica e litúrgica

15. A tarefa que se apresenta mais urgente é a da formação bíblica e litúrgica do Povo de Deus: dos pastores e dos fiéis. A Constituição já o tinha frisado bem: “Não há qualquer esperança de que tal aconteça (a participação plena e activa de todo o povo), se antes os pastores de almas se não imbuírem plenamente do espírito e da virtude da Liturgia e nela se não fizerem mestres”. (64) Trata-se de uma obra de

grande amplidão, que deve começar nos Seminários e nas Casas religiosas de formação (65) e continuar ao longo de toda a vida sacerdotal (66). Esta mesma formação, adaptada à condição que lhes é própria, é indispensável também para os leigos, (67), tanto mais que estes, em muitas regiões, são chamados a assumir responsabilidades cada vez mais relevantes na comunidade.

b) Adaptação

16. Uma outra tarefa importante para o futuro é a adaptação da Liturgia às diferentes culturas. A Constituição enunciou os princípios para isso, indicando o procedimento a ser seguido por parte das Conferências Episcopais. (68) A adaptação das línguas foi rápida, se bem que algumas vezes difícil de realizar. Seguiu-se-lhe a adaptação dos ritos, algo bem mais delicado, mas igualmente necessário. Resta ainda um considerável esforço a fazer, para que a Liturgia lance raízes em certas culturas, acolhendo aquelas expressões das mesmas que possam harmonizar-se com os *verdadeiros e autênticos aspectos da Liturgia* e respeitando a *unidade substancial do Rito romano*, expressa nos livros litúrgicos (...).

c) Atenção aos problemas novos

17. O esforço pela renovação litúrgica deve corresponder ainda às exigências do nosso tempo. A Liturgia não é algo desencarnado. (72) Nestes vinte e cinco anos, novos problemas se levantaram ou se revestiram de nova importância, como, por exemplo: o exercício do diaconado concedido a homens casados; as funções litúrgicas que nas celebrações podem ser confiadas aos leigos, homens e mulheres; as celebrações litúrgicas para crianças, jovens e deficientes; e as modalidades de composição dos textos litúrgicos apropriados para determinado País.

A Constituição *Sacrosanctum Concilium* não faz referência a estes problemas, mas indica os princípios gerais para coordenar e promover a vida litúrgica (...).

Da Carta Apostólica de João Paulo II pelo XXV Aniversário da SC